

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as piores formas de trabalho infantil em 2022

Brasil

Em 2022, o Brasil fez um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo publicou duas atualizações da “Lista Suja” nacional contendo dados sobre empregadores que o Ministério do Trabalho e Emprego constatou estarem usando trabalho escravo, inclusive infantil. As listas atualizadas foram publicadas em abril e outubro com um total de 184 novos empregadores listados. A Secretaria de Inspeção do Trabalho realizou mais de 1.368 operações específicas contra o trabalho infantil que resultaram na retirada de 2.317 crianças da situação de trabalho infantil; o número de operações e resgates foi o maior registrado nos últimos seis anos. Adicionalmente, o Governo lançou o Sistema de Informação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que visa a gerar dados sobre as finalidades e formas de recrutamento, melhorar as respostas no combate a estes crimes e permitir o registro de informações detalhadas sobre as vítimas de tráfico de pessoas. A Prefeitura do Rio de Janeiro também lançou o primeiro Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que inclui campanhas de conscientização para o enfrentamento e erradicação do trabalho infantil. Além disso, o programa de transferência de renda Auxílio Brasil atingiu patamares inéditos ao estender sua assistência a mais de 21,5 milhões de famílias. No entanto, as crianças no Brasil são empregadas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive na exploração sexual comercial, às vezes decorrente de tráfico humano. As crianças também são empregadas em trabalho na agricultura, inclusive na produção de café. Embora o Brasil tenha feito esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período do relatório, a proibição ao tráfico infantil requer que seja comprovado o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para a tipificação do crime de tráfico infantil, não atendendo, portanto, aos padrões internacionais de trabalho. O número relatado de inspetores do trabalho provavelmente também não é suficiente para dar cobertura adequada à força de trabalho, e os governos locais não possuem meios adequados para implementar e monitorar plenamente o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e outros programas de proteção social.

Ações Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Estrutura jurídica	Assegurar-se de que as leis não requeiram o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para tipificar o crime de tráfico infantil.	2016 – 2022
	Garantir que a lei proíba criminalmente o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados não estatais.	2016 – 2022
	Aumentar a idade mínima de trabalho de 16 para 17 anos, de forma a estar alinhada com a idade de escolaridade obrigatória.	2018 – 2022

Ações Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Aplicação da lei	Aumentar significativamente o número de inspetores do trabalho de 1.971 para 7.000 para dar cobertura adequada à força de trabalho de aproximadamente 105 milhões de pessoas.	2014 – 2022
	Publicar informações relacionadas aos esforços de aplicação da lei criminal, como o número de investigações realizadas, processos iniciados, condenações obtidas e se foram impostas penalidades por crimes de trabalho infantil.	2021 – 2022
	Certificar-se de que os órgãos de fiscalização pertinentes coordenem esforços para coletar dados de casos que envolvam tráfico humano para exploração sexual, assegurando-se de que os dados sejam desagregados por idade das vítimas.	2009 – 2022
	Garantir que todos os autores de crimes relativos ao trabalho infantil sejam responsabilizados de acordo com a lei.	2015 – 2022
Políticas governamentais	Garantir que sejam realizadas atividades para a implementação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador III e do Pacto Federal pela Erradicação do Trabalho Forçado e divulgar os resultados das atividades implementadas referentes a cada plano durante o período do relatório.	2021 – 2022
Programas sociais	Eliminar as barreiras à educação, inclusive garantindo um número adequado de professores capacitados, melhorando a infraestrutura escolar e tomando medidas para matricular crianças em áreas rurais.	2013 – 2022
	Apoiar os governos municipais na implementação e monitoramento do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.	2009 – 2022
	Proporcionar recursos suficientes aos governos estaduais para assegurar-se de que as vítimas de tráfico infantil recebam serviços sociais adequados e garantir a disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.	2012 – 2022
	Garantir que o governo publique os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Trabalho Forçado.	2020 – 2022